

## Introdução

Compreender a composição das intenções de defesa para a cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1700 e 1730, bem como seu papel na configuração do Império Português, foi nosso maior desafio. Através da análise dos princípios da arquitetura militar, presentes nos tratados em estudo, buscamos analisar as aplicações da ciência nos desenhos de plantas de fortificação da cidade. A questão central perpassou a identificação dos desdobramentos sociais e políticos da produção e do uso das plantas de fortificação nas três primeiras décadas do século XVIII. Concebendo a planta de fortificação e os tratados de arquitetura militar como parte constitutiva de um discurso político, percebemos seu uso como instrumento de poder para o governo da monarquia portuguesa na América, em particular no Rio de Janeiro.

Os tratados de arquitetura militar são impressos em maior número após a Restauração, devido ao fato de Portugal necessitar de maiores defesas para manter sua independência. Exemplo disso foi o manual em língua portuguesa de autoria de Luís Serrão Pimentel, cosmógrafo e engenheiro-mor do rei. Denominado *Método lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares. Fortes de campanha e outras obras pertencentes à arquitetura militar*, a obra dividia-se em duas partes – a Operativa e a Qualificativa – e foi publicada em 1680. O interesse de Portugal em conhecer novas técnicas, como as italianas, não foi por acaso, mas sim fruto do momento belicoso vivido pelo país. Para a manutenção das conquistas portuguesas seja na África, nas Índias ou na América, foram sendo incorporados novos conhecimentos sobre a defesa, oriundos, por exemplo, de escolas italianas, francesas e holandesas.

Através do estudo dos tratados *Exame militar* (1703)<sup>1</sup>, de Luiz Gonzaga, e *Tratado do modo com que se devem riscar, e iluminar com aguadas as plantas de arquitetura militar* (1721), de Diogo Soares<sup>2</sup>, foi possível compreender as técnicas da arquitetura militar, e criar uma metodologia de análise para a leitura das plantas de fortificação. Além dos documentos citados, nosso estudo teve como principais fontes históricas as plantas de fortificação da cidade de São Sebastião do Rio de

---

<sup>1</sup> No Dicionário de Raphael Bluteau examinar é averiguar, considerar, ponderar, inquirir, que é exatamente o que o ator realiza em sua obra.

<sup>2</sup> Em 18 de novembro de 1729, D. João V enviou à América portuguesa, com a missão de produzir o *Atlas da América Portuguesa*, os padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capaci (ALMEIDA, 2001).

Janeiro desenhadas pelo padre matemático Diogo Soares, e datadas de 1730. O ano inicial do recorte temporal de nossa pesquisa se deve ao período um pouco anterior à datação desses desenhos. O saber relativo à arte de fortificar e às plantas de fortificação foi entendido como ferramenta, articulada à ação política. A partir do exame de sua linguagem e técnica, percebemos as relações entre a produção desse conhecimento com a tentativa de manter o domínio sobre o território.

A partir do texto *Tratado do modo com que se devem riscar, e iluminar com aguadas as Plantas de Arquitetura Militar*<sup>3</sup>, no qual Diogo Soares ensina os procedimentos para desenhar plantas de fortificação, foi possível apreender a relação entre os padrões técnicos dos desenhos e a confecção das plantas de fortificação por ele desenhadas e relativas ao sistema de defesa do Rio de Janeiro. Tal análise resultou em minha monografia de conclusão do bacharelado em História, pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2010<sup>4</sup>. Partindo dessa temática, pude ampliar no mestrado o escopo de minha pesquisa.

A partir da leitura e da análise sistemática do tratado manuscrito de arquitetura militar de Gonzaga<sup>5</sup>, realizamos um estudo sobre as características da arquitetura militar. Além disto, esse documento nos permitiu confirmar a hipótese de que havia uma relação entre o conhecimento sobre arte militar e a conquista e domínio português na América, uma vez que para este jesuíta a proteção do Estado dependia diretamente de um bom sistema de defesa.

A nossa intenção de compreender a arquitetura militar e seus desdobramentos político-sociais foi explorada na comparação entre os princípios mais gerais presentes no tratado escrito por Luiz Gonzaga, e como estes podem ser identificados nas plantas de fortificação de Diogo Soares. Por isso, este trabalho teve de verificar em que medida o incremento em Portugal dos saberes

---

<sup>3</sup> Anexo do manuscrito *Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo todo* (1721). Esse documento é atribuído ao padre matemático Diogo Soares, pois, na folha de rosto da obra há o nome “Diogo Simões”, o qual, segundo João Pereira Gomes, seria um apelido de Soares. Sendo este último quem efetivamente ensinou matemática no Colégio de Santo Antônio, em 1721, ano do manuscrito.

<sup>4</sup> Importante mencionar que esta pesquisa surgiu como desdobramento do trabalho desenvolvido entre 2009 e 2010, por meio de uma Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC-MAST/MCTI), sobre o padre matemático jesuíta Diogo Soares, notadamente sua produção cartográfica.

<sup>5</sup> Segundo Leitão (2008), o padre Luiz Gonzaga é autor de outras obras, que abordam temas como cosmografia, astronomia, astrologia e até quiromancia. Leitão considera o tratado de arquitetura militar (ou seja, o *Exame militar*) como um importante curso de assuntos militares, notadamente de Engenharia e Fortificação.

relativos à cartografia, à topografia e à fortificação, na virada do século XVII para o XVIII, conjugava-se às estratégias estatais de controlar e conhecer as potencialidades das terras distantes, sobretudo após os anos que se seguiram a Restauração portuguesa de 1640. Nessa ocasião, tornou-se necessária uma redefinição das fronteiras ultramarinas e, junto com isso, uma melhoria no seu sistema de defesa.

A hipótese mais geral da pesquisa foi identificar em que medida o conhecimento técnico-científico foi utilizado como argumento para reivindicar a posse e o exercício de domínio sobre um espaço distante, transformando-o em áreas de soberania da monarquia portuguesa, em seus *territórios*.

Tornar inteligível o saber ensinado por filósofos, geógrafos, mestres, engenheiros e artistas é um desafio considerável. Afinal, a imagem<sup>6</sup> resultante do trabalho desses homens possuía diferentes formas, que serão explicadas ao longo da dissertação, já que, os elementos dispostos em uma planta de fortificação nos permitiram compreender o sistema defensivo, ou seja, as indicações das estratégias de defesa do período. E mais, essas formas no desenho detinham informações que nos ajudaram a compreender a cultura política da época. Ao expressarem seu olhar e seus conhecimentos a respeito de um período, os autores nos instruem sobre os desígnios do Estado, projetos que simbolizavam a soberania portuguesa. O discurso político dos tratados de arquitetura militar e o das produções deles decorrentes – no caso, as plantas de fortificação – estão repletos de informações sobre o modo de governo português na América, em particular na cidade do Rio de Janeiro. O caminho trilhado pelos personagens na construção de seus argumentos que ensinam a ciência em estudo será desvendado ao longo dos capítulos, na medida em que a arquitetura militar é ciência que ensina a desenhar plantas de fortificação.

Esses personagens são o rei, o engenheiro e os autores dos tratados e das plantas de fortificação. Os monarcas são D. Pedro II e D. João V<sup>7</sup> e os autores dos tratados os padres Luiz Gonzaga (*Exame militar*, 1703) e Diogo Soares (*Tratado do modo com que se devem riscar, e iluminar com aguadas as Plantas da Arquitetura Militar* anexo do *Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo*

---

<sup>6</sup> A imagem interfere na percepção de mundo do indivíduo, atuando como representação do poder, pois o legitima de forma simbólica.

<sup>7</sup> O Magnânimo, governou entre os anos de 1706 e 1750.

*Todo*, 1721)<sup>8</sup>, que também era engenheiro e geógrafo e autor das plantas de fortificação. A importância desses autores foi identificada através de suas trajetórias: Gonzaga, por ter sido preceptor de D. Pedro II e mestre de D. João V, e Soares, por ter atuado como destacado professor da “Aula de Esfera” e funcionário leal de D. João V, que lhe enviou para a América. Como veremos, Soares se dedicou a ensinar as cores dos elementos que fazem parte das plantas de fortificação, enquanto Gonzaga às formas e a seus desdobramentos na posse e no domínio do espaço. A originalidade de nossa análise deve-se ao modo de interpretação das plantas de fortificação, que são compreendidas a partir da dinâmica do desenho, de seus elementos, em articulação ao uso político.

A compreensão da linguagem e dos códigos culturais inseridos nas plantas de fortificação foi possibilitada através de um estudo comparativo com as técnicas ensinadas nos tratados de arquitetura militar. Foram analisados dois conjuntos de plantas de fortificação, de 1730, do padre Soares. O primeiro são sete plantas sem legendas explicativas e, por isso, entendido por nós como rascunho<sup>9</sup>. O segundo é composto pelo que denominamos de desenhos finais, pois, além das legendas explicativas, há imagens das fortalezas tanto em forma de projeto, quanto erigidas nos terrenos, trazendo mais detalhes<sup>10</sup>. Tais documentos permitem uma análise comparativa do quadro defensivo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XVIII.

A leitura de uma imagem como a da planta de fortificação implica no conhecimento das técnicas de confecção. Nesse sentido, enquanto texto produzido por uma ciência, esses desenhos foram interpretados não só para a prática, mas também como símbolos do poder da monarquia portuguesa. Essa perspectiva do visual como fonte suscita novas questões. Ulpiano Bezerra de Meneses (2003) desenvolveu estudo sob tal perspectiva e salienta que a visualidade é detentora de historicidade e de processos sociais. Ele propõe o encontro da visualidade, não apenas no ato de apreender as informações oferecidas pela imagem, mas antes de

---

<sup>8</sup> O primeiro documento está no acervo da Biblioteca da Ajuda, em Portugal e o segundo na Biblioteca Nacional de Portugal. Trabalhei com cópias digitalizadas de ambos.

<sup>9</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Cartografia Manuscrita do Brasil, números 1081, 1082, 1084, 1085, 1086, 1087 e 1088.

<sup>10</sup> Centro de Documentação do Exército – Espaço Cultural Gen. Tasso Fragoso. Brasília – Distrito Federal. Obras Raras – pasta: “Plantas das Fortalezas do Rio de Janeiro – Padre Diogo Soares 1730”. Números 147, 151, 172, 175 e 225. A “Planta do Forte de S. Diogo na Barra do Rio de Janeiro, 1730”, faz parte desse mesmo conjunto, mas está no Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro (AHEx).

qualquer coisa, entendendo o significado dessa fonte em seu uso social, dotada de potencial cognitivo. O importante é perceber que há significado nos objetivos das fontes visuais, havendo métodos para se encontrar esses sentidos, até o alcance da visão de mundo do período. Para tanto, há de se pensar que a arte, no sentido de técnica, está incluída no social, e com isso, no histórico. Os fatos, as experiências sociais, bem como os hábitos, também são representadas de forma visual. Dotadas de materialidade, as representações visuais estão, desse modo, inseridas nas relações sociais como práticas materiais.

As plantas de fortificação como objetos, e objetos visuais, por sua vez, possibilitam examinar as consequências de sua produção e ação. O desenho como registro visual é dotado de valor cognitivo, o que nos introduz no entendimento da cultura desse visual. Um dos objetivos foi, então, compreender quais foram os mecanismos (leis, parâmetros, regras, princípios) de produção de sentido de uma imagem. No caso das plantas de fortificação, o modo como essa fonte visual fora produzida, perpassa o estudo da ciência que a orienta, a arquitetura militar. Isso, em última instância, possibilita o alcance da defesa como prática cultural.

Ler e compreender o conteúdo dessa documentação visual nos possibilitou identificar algumas das intenções da política do Estado português, pois essa fonte expressava a gerência desejada para o território. Lidando com essa documentação, Beatriz Bueno (2011, 2012) interpreta “as cartas militares como artefatos sociais e instrumentos de raciocínio, projeto e gestão de territórios na política colonizadora ibérica” (BUENO, 2012, p. 23). O forte e os elementos que o integram são identificados como estágio, ou categoria, do sistema urbano. Segundo ela,

para visualização e espacialização dessas e outras preocupações, artefato operatório privilegiado é a cartografia antiga. Os mapas representam biomas, aspectos da geografia física e humana, redes viárias, redes fluviais, o “sistema urbano” em suas múltiplas categorias e estágios (fazendas, registros, fortes, capelas, freguesias, vilas, cidades, julgados, aldeias missioneiras, aldeamentos indígenas etc.) e, ainda, registram os topônimos que lhes conferiam “locus” e “identidade” (BUENO, 2012, p. 26).

Por conta disso, é parte constitutiva da presente análise o estudo da relação entre a produção de conhecimento em Portugal, em particular a arquitetura militar,

com as formas de construir, proteger e dominar o território<sup>11</sup> conquistado, o que legitimava a soberania real, principalmente nas áreas ultramarinas. Assim, consideramos o citado suporte documental como uma das possibilidades de representar o poder político nas possessões portuguesas na América.

O cenário da cidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do Setecentos, articulado à sua defesa, será exposto no Capítulo 1º. A partir da descrição dos locais escolhidos pelo padre Soares, observa-se a tentativa de construir uma cidade inexpugnável. Mencionaremos, também, os motivos que estimularam o fortalecimento do sistema de defesa da cidade. Já o Capítulo 2º esmiuçarà a relação entre o discurso da defesa com o governo da cidade, como a política da monarquia portuguesa costurou tal relação, e como o espaço é ressignificado. Partimos da ideia que a formação de um discurso para governo do Príncipe está em articulação à ciência em estudo, o que pode ser identificado tanto nos próprios desenhos, nos brasões e mesmo na condição de Diogo Soares como geógrafo de Sua Majestade, quanto nos tratados de arquitetura militar, uma vez que o seu ensino tinha por objetivo que o Príncipe exercesse o “bom governo”. Por fim, o terceiro e último Capítulo versará sobre a linguagem dos desenhos e a defesa proposta, o modo como a ciência arquitetura militar foi aplicada nas plantas de fortificação e como os elementos dos desenhos enunciavam a estratégia de defesa, posse e governo, caracterizando, desse modo, a cultura de um lugar e de uma época.

---

<sup>11</sup> Esse conceito é entendido como uma construção social.